

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISPOSITIVO DA AUTORIA, SEGUNDO MICHEL FOUCAULT

Kleyde Jomara Lessa Vilasbôas ¹

Resumo

Este trabalho busca estabelecer uma reflexão sobre a noção de autoria enquanto dispositivo, a partir dos ensinamentos de Michel Foucault, articulados nas obras: O que é um autor? A Arqueologia do Saber, e A Ordem do Discurso. O que se pretende defender, aqui, é que há, na perspectiva foucaultiana, a respeito do fenômeno da autoria, uma compreensão filosófica e política dos dispositivos contemporâneos, extraída da leitura do processo de vivência das subjetividades e práticas discursivas, num embate constante entre os seres vivos e os dispositivos. A partir da noção de dispositivo, é possível explorar a problematização de práticas e discursos presentes nos processos de subjetivação, articulando a questão da autoria com os temas: o discurso, o sujeito e o poder.

Palavras-chave: Dispositivo. Autoria. Discurso. Michel Foucault

CONSIDERATIONS ON THE AUTHORSHIP DEVICE, ACCORDING TO MICHEL FOUCAULT

Abstract

This article proposes to reflect on the notion of authorship, based on the teachings of Michel Foucault, articulated in the works: What is an author? The Archeology of Knowledge, and The Order of Discourse. What we intend to defend here is that, from a Foucaultian perspective, regarding the phenomenon of authorship, there is a philosophical and political understanding of contemporary devices, extracted from the reading of the process of experiencing subjectivities and discursive practices, in a constant clash between living beings and devices. From the notion of device, it is possible to explore the problematization of practices and discourses present in subjectivation processes, articulating the question of authorship with the themes: discourse, the subject and power.

Keywords: Device. Authorship; Speech. Michel Foucault

Introdução

Os questionamentos sobre o fenômeno da autoria têm atravessado os estudos das áreas das humanidades, bem assim, pesquisas nos campos da linguagem e da filosofia. Seguindo a

¹ Professora Assistente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutoranda em Filosofia pela Unisinos. E-mail: kleydejomara@yahoo.com.br

linha da Análise do Discurso, que enxerga a noção de sujeito como sendo constitutivo da linguagem e, portanto, inscrito na história, a temática da autoria se configura numa condição discursiva, cuja função é compor unidades de significação com relação de coerência entre os enunciados. É dentro deste cenário, que os processos discursivos encontram lugar de transformação, na arte de experienciar espaços diversos, personalidades variadas, lugares e sensações insólitas. É através do ato de escrever que o escritor compõe a si próprio, reinventando-se, pois reinventa o mundo, suprimindo fronteiras e limites. Aquilo que instigou o escritor a arriscar-se em compor nas trilhas das palavras, sob o signo de sua incompletude e da incompletude do mundo, acabará atraindo também o leitor a debruçar seu olhar sob o texto, a fim de retirar-lhe uma outra forma de ver os fenômenos.

O autor é aquele que organiza o discurso como unidade e fonte de suas significações, como centro de sua coerência. Porém solicita-se que o autor se responsabilize pela unidade do texto a ele atribuída, que sirva de base para se compreender seu sentido e que estabeleça articulações de sua produção com sua vida. Na linha de pensamento foucaultiano, a noção de autor provoca a inserção social por meio da elaboração das redes de coerência textual que o ligam à formação discursiva, noção cunhada pelo filósofo, como um conjunto de enunciados que não se restringem a objetos linguísticos, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão dos modos de enunciação, dos conceitos, objetos e escolhas temáticas.

Através da noção de dispositivo, visto como um conjunto variado e complexo de discursos, instituições, regimes e organizações, regulamentações, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, etc., é possível compreender a noção de autoria, enquanto dispositivo de organização do dito e do não dito, de maneira a produzir efeitos de sentido, ao recortar os objetos no mundo da dispersão, numa teia de significações estabelecidas entre seus elementos.

A temática da autoria presente nas postulações de Foucault, compreende a escrita acima de qualquer configuração de autoridade imposta a um possível autor. Isto se daria em razão de, a escrita conceder a cada leitor a possibilidade de alterar sentidos, adicionar novas interpretações, abrindo, desse modo uma preocupação maior com o texto, mesmo porque para o filósofo, os textos partem de formações de discursos diversos, uma espécie de autoria coletiva, rompendo com a ideia de escrita como originária de fonte exclusiva. Propõe, assim, Foucault, que sejam direcionados esforços no sentido de se buscar uma possível teoria da obra, de uma história dos discursos, por considerar que aquilo que orienta a produção dos discursos, difundidos numa sociedade, não se origina de um único indivíduo.

Neste trabalho, pretende-se revisitar os questionamentos de Foucault, a respeito do fenômeno da autoria, tomada na acepção da função-autor como dispositivo do poder-saber. Para compor esse percurso, serão apresentadas a noção de dispositivo, na compreensão do pensador francês e do filósofo italiano Agambem, bem como será feito o debate acerca do tema a partir de outros pensadores que tiveram inspiração nas postulações teóricas estabelecidas por Michel Foucault.

Sobre a noção de Dispositivo

A concepção de dispositivo é desenvolvida por Foucault em sua obra *História da sexualidade*, notadamente, em *A vontade de saber*. Entretanto, é a partir da entrevista concedida à International Psychoanalytical Association que o filósofo apresenta o referido conceito como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p.244).

Uma vez que o filósofo faz referência clara a discursos, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, como elementos que englobam os dispositivos, é possível compreender que as práticas discursivas e não-discursivas, isto é, o dito e o não-dito participam da composição do que vem a ser o dispositivo, a partir do solo fértil e dinâmico da dimensão do saber -poder, como categoria de análise.

Depois de delimitar a noção de dispositivo como uma rede que se pode estabelecer entre elementos heterogêneos discursivos e não discursivos, Foucault aponta que, entre tais elementos, existe determinado tipo de jogo, de variação de posições, funções e formações distintas. Compreendido como um tipo de formação em determinado contexto histórico, o dispositivo tem como função primordial, atender a uma exigência do acontecimento histórico, e, por isso, engendra jogos estratégicos e dominantes. Foucault se afasta da ideia de uma espécie de sujeito transcendente, universal, para analisar e compreender as feições do poder presentes na sociedade. Suas considerações são extraídas da racionalidade presente nos processos descendentes. Apropriando-se das ideias de “sobredeterminação funcional” e de “preenchimento estratégico”, diz Foucault:

Vejo dois momentos essenciais nesta gênese. Um primeiro momento é o da predominância de um objetivo estratégico. Em seguida, o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo na medida em que engloba um duplo processo: por um lado, processo de sobredeterminação funcional,

pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo de perpétuo preenchimento estratégico. (2007,144).

Assim, segundo sua análise, a constituição dos dispositivos seguiria os processos de “sobredeterminação funcional” em relação à dispersão de seus elementos e aos demais dispositivos; e de outro lado, o “preenchimento estratégico”, compreendido como o mecanismo de reaproveitamento dos dispositivos a partir de novos acontecimentos e exigências históricas.

Nesse sentido, o dispositivo demonstra de que maneira os mecanismos e estratégias de poder, fazem surgir novos efeitos de sentido, na ordem do acontecimento, no mundo da dispersão. Esses novos efeitos de sentido não possuem programação ou previsibilidade. As estratégias de poder articuladas e pensadas com o objetivo de alcançar controle sobre determinado grupo social, passam a reverberar no interior do dispositivo, estendendo esse controle para diferentes grupos sociais, em que não havia previsão de obtenção de controle. Foucault apresenta esse procedimento metodológico, exemplificando a estratégia da Igreja, quanto à formação de seu público doutrinado, resultando num controle rigoroso do comportamento dos seguidores, de sua vida cotidiana. Isso era implementado, a partir dos sacramentos, da confissão, do direcionamento espiritual, do autoexame de consciência, da relação líderes- pastores-rebanho. Tais procedimentos, articulados para alcance de um grupo específico, criam ressonância e atingem toda a sociedade, sem atribuir a esse ou aquele sujeito, qualquer responsabilidade por ações numa ordem mais geral, coletiva, global. É partindo desta ordem que o Estado, segundo Foucault, não é mais visto como o detentor de um poder centralizado. Afasta-se, assim, da ideia de poder central para se compreender a realidade política, fazendo perder espaço, a ideia de um sujeito a quem se pode atribuir o controle e dominações instituídas.

As proposições teóricas que orientam a análise sobre o poder, promovem um deslocamento da centralização da reflexão política do Estado, para a sociedade, de um modo geral. Ou seja, do Estado para a dinâmica das forças e relações dispersas e anônimas. Foucault entende que os conceitos instituídos e reivindicados pela esfera estatal, como cânones da lei, segurança, interdição, punição, contrato, não dão conta de esclarecer o que pode constituir a substância dessas relações. Portanto, segundo o pensador, se há uma pretensão em se reconfigurar as feições do poder nas sociedades contemporâneas, faz-se necessário promover uma mudança na forma como se estabelece a análise teórica sobre a temática do poder. Não se

trata, aqui, de rejeitar as funções do Estado, mas reavaliar seu papel, pensando nas práticas efetivas do poder, encarado como uma rede de relações dinâmicas e simbólicas. A esse respeito, Foucault se posiciona:

Em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais, as formas de sujeição, os usos e as conexões da sujeição pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos. É preciso estudar o poder colocando-se fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal. (2007, p.186).

A ideia de dispositivo, segundo Deleuze (1990) está atrelada à composição de uma rede complexa e relacional constituídos: de um campo de visibilidades, que permite fazer emergir objetos que se dão a ver conforme critérios específicos; de um campo de enunciações, que estratificam o visível em regimes de dizer possíveis; de linhas de força, relacionadas ao poder-saber e às estratégias e às urgências a que ele responde. Deleuze, ao se debruçar sobre o dispositivo na ótica foucaultiana, aponta que um dispositivo seria responsável pelo campo da objetivação, ao produzir vontade de verdade, bem como, de outro lado, se ocuparia do campo da subjetivação, no processo de resistência e recriação de novos dispositivos-outros e formas criativas de se experimentar ser um si-mesmo.

Ao se pensar na noção de dispositivo, invoca-se a ideia da relação estabelecida entre poder-saber-sujeito, seguindo o percurso de investigação sobre a força e a dinâmica das relações simbólicas, a vontade de verdade e a criação de subjetividades. Para analisar o conceito de dispositivo, o filósofo Italiano Giorgio Agamben faz uma análise sobre a dependência entre uma teoria microfísica do poder e a noção de dispositivo, apontando a relação entre os dispositivos e os viventes, recuperando o pensamento de Foucault.

Neste percurso, inicialmente, o pensador italiano investiga as origens do termo ‘dispositivo’ para elucidar a sua utilização por Michel Foucault. Em seus estudos, Agamben compreende que Foucault utilizava no início de seu pensamento, o termo ‘positividade’ (positivité), que teria herdado de Jean Hyppolite, que, por sua vez, usou o termo, influenciado por um trabalho de Hegel. Na obra de Hegel, positividade correspondia à distinção entre “religião natural” e “religião positiva”. Já para Hyppolite, a oposição trabalhada é a liberdade e coerção, razão e história (AGAMBEN, 2005, p. 10). Considerando a ‘positividade’ a ação, os mecanismos e recursos utilizados para esse fim são os ‘dispositivos’. A esse respeito, Agamben diz:

Certamente o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece se referir à disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo

linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito (Ibid., p. 11).

O filósofo italiano estabelece uma relação entre o conceito de dispositivo foucaultiano com o termo *oikonomia* dos primeiros teólogos cristãos. Na acepção cristã, o termo significava a forma pela qual Deus escolheu realizar no mundo a salvação; e tal ideia se conecta com a finalidade dos dispositivos, que são mecanismos de se estabelecer o governo dos homens. Nas palavras de Agamben,

Comum a todos esses termos é a referência a uma *oikonomia*, isto é, a um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens (Ibid., p. 12).

Nesta trilha, Agamben contribui com a afirmação de que sempre houve dispositivos, desde a criação da humanidade, e, em se tratando dos tempos atuais, não há comportamento ou relações que não estejam entrelaçados aos dispositivos. Na esteira de seu pensamento, o sujeito emerge da relação que o homem, ser vivente, estabelece com os dispositivos e por ele são capturados. No mundo contemporâneo, dada a multiplicidade dos dispositivos, a categoria de subjetividade tem, necessariamente, que perder a sua força, pois são muitos os “processos de subjetivação” (AGAMBEN, 2014, p.40).

A inovação de Agamben sobre o tema encontra lugar ao apontar a produção de mediações entre os viventes e o mundo, na forma dos dispositivos como a potência exigente e incontornável da relação “viventes x mundo”, numa dinâmica de constante transformação, deslocamento e recriação. Os dispositivos seriam compreendidos de variadas formas: desde aparelhos de celular, aplicativos, controles de tv, entre outros, ultrapassando, assim, o horizonte foucaultiano dos dispositivos do saber-poder, como o da sexualidade. Neste cenário, passaremos a situar a autoria como dispositivo gerador de sentido, formador de uma teia de significados que balizam as relações intersubjetivas.

Os variados grupos sociais se constituem por meio de dispositivos, produzindo, assim, formas de governamentalidade das populações, de seus modos de ser e existir no mundo, suas práticas, discursos e enunciados. Os temas da sexualidade, escolarização, trabalho, direito, identidades, ciências, entre tantos outros, se constituem como dispositivos, pois instauram práticas sociais e discursivas que conduzem os indivíduos a configurarem suas subjetividades, a partir da conexão com os objetos que lhes são correspondentes.

Para ilustrar a abrangência do dispositivo na esfera da educação, citamos, como exemplo, a tese de doutorado *O dispositivo moralitúrgico em uma escola pública brasileira*², cuja noção conceitual de dispositivo foi explorada, considerando as práticas sociais, discursivas e não discursivas, que convoca os indivíduos a, em atitude ascética, examinarem-se e corrigirem-se. A partir desse trabalho, podemos observar que o dispositivo da escolarização faz surgir formas específicas de sujeitos, conduzindo suas condutas e posicionando-os em relações de saber-poder.

Horn (2021), analisa as técnicas que caracterizam o dispositivo moralitúrgico que abrange grande parte das instituições escolares públicas do Brasil, estabelecendo, no cotidiano escolar, valores morais do cristianismo, a partir do contato com imagens de santos, crucifixos, rotina de orações e leituras de textos religiosos. Tais práticas configuram, assim, um padrão regular de comportamento dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar, moralizado, segundo a liturgia cristã. Essa produção acadêmica revela que certos ditos e escritos, sobretudo no âmbito das práticas institucionalizadas da escolarização, fazem surgir sujeitos configurados, em termos de posições sociais, práticas do agir e modos de ser.

A tese de Silva (2011), intitulada *A constituição do sujeito escrevente no dispositivo do ensino: uma leitura sobre a governamentalização da escrita escolar*, investiga projetos de ensino de escrita inspirados pelas noções de gêneros do discurso, buscando compreender os efeitos dessa abordagem nas concepções de escrita e na constituição dos sujeitos que escrevem. Os dispositivos da escrita escolar reúnem elementos que conduzem os indivíduos a escreverem, segundo uma lógica determinada, limitando-os a uma linguagem escolarizada, prescritiva. Explicitam, portanto, os modos pelos quais, suas subjetividades são configuradas e transformadas, por meio de práticas discursivas e não discursivas.

A noção de autor, aqui discutida sob bases foucaultianas, enquanto “função-autor”, da mesma forma, está ligada ao universo institucional, bem assim, ao universo jurídico. Para o filósofo, pouco importa o papel que a figura do autor exerce no campo da escrita e da crítica literárias. Seu foco está em compreender, de que forma a figura do sujeito-autor possui representação no campo do discurso.

² Tese de doutorado intitulada *O Dispositivo Moralitúrgico em uma Escola Pública Brasileira*, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Horn, Graciela Bernardi (2021)

O dispositivo da autoria

Ao reconhecermos a importância da linguagem no campo da construção do ser humano, torna-se imprescindível perquirir como as palavras, através da organização do discurso sinalizam a composição do lugar desse sujeito humano. É através das palavras que se ajustam os sentidos dos objetos culturais aos quais atribuímos valor, retirando-os, assim, do mundo da indiferença. Por meio do processo de valoração, acionamos os efeitos sob os quais construímos uma enorme rede de significados que mantém as relações entre os indivíduos.

O fenômeno da escrita propicia-nos a abertura para novas possibilidades de projetarmos e vivenciarmos a própria existência, pois, na condição de uma experiência subjetiva, representa o pensamento, dando-nos a possibilidade de expressar, refletir sobre as ações, os pontos de vista diversos, alocando sentidos, ou seja, firmando posicionamentos que podem compor uma identidade.

Conectar-se com a própria voz, com os movimentos e gestos, com as pausas e frases silenciadas, imprimindo um olhar sobre os eventos internos e externos, faz da atividade de escrever, algo que ultrapassa as vertentes do formalismo que intenta enquadrar, portanto, o uso da língua.

Entendemos a capacidade para criar como aquela capaz de organizar partes desiguais não só no plano exterior, mas também numa ordem interior, ou seja, dentro de si. O ato de escrever busca recriar os objetos de cultura, concedendo forma ao que aparenta ser disforme, utilizando os traços peculiares que ordenam o ritmo, os acentos, os freios e o silêncio do discurso, fazendo refletir as vivências referenciadas pela cultura humana. É através da escrita que o produtor do discurso maneja os recursos para transgredir esse ser individual, dissolvendo-o no imaginário coletivo, nas vozes alheias, passando, desse modo, a sofrer um apagamento, a sua dissolução. Na esteira do pensamento de Foucault:

...] a escrita é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que a própria natureza do significante; mas também que esta regularidade da escrita está sempre a ser experimentada nos seus limites, estando ao mesmo tempo sempre em vias de ser transgredida e invertida; a escrita desdobra-se como um jogo que vai infalivelmente para além de suas regras, desse modo as extravasando. Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem; é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer. (1992,35).

A questão da autoria, nos estudos discursivos, encontra lugar nas postulações teóricas de Michel Foucault, a partir das obras: *A Arqueologia do Saber*, *O que é um autor?* (1969) e *A Ordem do Discurso* (1970). Nos referidos textos, o horizonte foucaultiano sobre o tema defende

a exigência de destituir o autor da condição de ente natural, passando a compreender a autoria no interior de regulações e ordens do discurso. Para Foucault, o fenômeno da autoria é um preceito que ordena os discursos numa sociedade, controlando a circulação dos textos e atribuindo-lhes legitimidade e responsabilidade. Aquilo que torna um indivíduo um autor é o fato de, por meio de seu nome, fixarmos limites, recortarmos e caracterizarmos os textos que lhes são atribuídos. Os posicionamentos de Foucault a respeito do enlace estabelecido entre a obra e o autor foram desenvolvidos no sentido de realizar um aprofundamento sobre a função autoral presente nos discursos.

Em comunicação apresentada à Sociedade Francesa de Filosofia, em 1969, cujo título é *O que é um autor*, (1992) o filósofo demonstra que o conceito que temos de autor está associado à noção que fazemos de obra. Foucault não dirige sua análise ao aspecto histórico-social da figura do autor, mas opta por estudar a sua relação com o texto, buscando revelar como o texto aponta para esse personagem.

Em seus estudos, descreve que, na antiguidade, textos que hoje chamaríamos de literários - as narrativas, contos, tragédias, comédias e epopeias - eram colocados em circulação e valorizados sem que se pusesse em questão a autoria. O anonimato não era visto como problema, a sua própria antiguidade era uma garantia suficiente de autenticidade. Já os textos que hoje denominamos científicos, ao contrário, deveriam ser assinalados com o nome de um autor, como os tratados das ciências naturais e geografia, por exemplo. Assim, ao longo da história, os textos passaram a ter autores na medida em que os discursos se tornaram transgressores com origens passíveis de punições. Explica Foucault:

Assim que se instaurou um regime de propriedade para os textos assim que se promulgaram regras estritas sobre os direitos de autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução, etc. – isto é, no final do século XVIII e no início do século XIX -, foi nesse momento que a possibilidade de transgressão própria do ato de escrever adquiriu progressivamente a aura de um imperativo típico da literatura. (1992, p.47-48).

Segundo Roland Barthes (2000), o surgimento da propriedade intelectual, no auge da ascensão burguesa, difunde a noção de autor como unidade produtiva na sociedade mercantilizada. Porém, será com o capitalismo moderno que o papel do autor ficará “repartido entre sua condição social e sua vocação intelectual”. Portanto, é nesse contexto que o autor se preocupará em produzir o que hoje entendemos por estilo. Aqui, a língua, na condição de bem cultural social e coletivo, reflete os traços de subjetividade de quem a utiliza de variadas formas: Barthes assinala:

É então que as escritas começam a se multiplicar. Cada uma, de ora em diante, a trabalhada, a populista, a neutra, a falada, reivindica para si o ato inicial pelo qual o escritor assume ou detesta sua condição burguesa. [...] Cada vez que o escritor traça um complexo de palavras, é a própria existência da literatura que está sendo questionada; o que a modernidade dá a ler na pluralidade de suas escritas é o impasse de sua própria história. (2000, p.54).

Barthes, de maneira mais radical que Foucault, no tocante à temática da autoria, aponta para a irrelevância do autor diante da importância que deveria ser concedida à escrita. Para o pensador “a explicação da obra é sempre procurada do lado de quem a produziu, como se, através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o autor, que nos entregasse a sua confiança”. Assim, para que o leitor possa garantir seu lugar, se faz necessário eliminar a noção de existência de um autor. O problema da função autor definida por Foucault como “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” associada à noção de obra diminui demasiado as possibilidades da escrita. Desse modo, segundo o filósofo, o autor, em função de estar a serviço de manter um estilo que possa legitimar a sua posição na obra não escreve para se transformar, mas para garantir seus traços específicos de criação que possam identificá-lo. A obra refletiria, portanto, o que os escritos do autor possuiriam em comum, inclinando o leitor a lê-los da mesma forma, sendo dispensados assim, seus aspectos diferenciadores, em respeito à posição oculta de um autor.

De acordo com Barthes a noção de autor enquanto sujeito social constituído historicamente, o faz produto do ato de escrever e não o oposto. Um escritor seria, portanto, alguém que reproduz imagens, palavras que lhe são anteriores, e não aquele que as originaria, cabendo-lhe apenas organizá-las, fundindo escritas.

Segundo Foucault, ao nos reportarmos à ideia de autor imaginamos de imediato, a existência de um nome que figure na posição daquele que responde pelo texto, ou seja, de um indivíduo que possui um nome que possa identificá-lo, singularizando-o. Sobre essa questão Foucault descreve:

O nome de autor é um nome próprio [...] O nome próprio (tal como o nome de autor) tem outras funções que não apenas as indicadoras. É mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em certa medida, é o equivalente a uma descrição [...] O nome próprio e o nome de autor encontram-se situados entre os polos da descrição e da designação; têm seguramente alguma ligação com o que nomeiam, mas nem totalmente à maneira da designação, nem totalmente à maneira da descrição: ligação específica. (1992, p.46).

Em sua obra *A Arqueologia do Saber* (1997), nosso pensador define o conceito de formação discursiva como o espaço onde, de forma arbitrária num jogo de convenções, são determinados os sentidos de um discurso. As condições de produção dos discursos refletiriam o jogo de relações entre os demais discursos, fazendo com que um discurso referencie e indique outros que o sustentam, para os outros que os contestam e para as novas formulações que vão atuar nos dizeres futuros. É, pois onde ocorre a produção do sentido de verdade em contraposição aos sentidos não verdadeiros. Por sua natureza heterogênea, trabalha com sentidos historicamente determinados, mas ao mesmo tempo busca apagar essa historicidade ao estabelecer o um-sentido em contraposição ao não-sentido, o sentido verdadeiro excluindo o não-verdadeiro, através de mecanismos de poder. Conforme situa o pensador:

No caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (1997, p.43).

O Sujeito do discurso tem uma sustentação de caráter histórico e institucional, mas não é a pessoa que realiza um ato de fala, nem o autor do texto, nem o sujeito da proposição. É, nesse sentido, aquele que pode usar (quase sempre com exclusividade), determinado enunciado por seu treinamento, em função da ocupação de um lugar institucional, de sua competência técnica. Os enunciados podem ser usados ou reutilizados e entrar em circulação conforme interesses diversos. É esse o lugar da autoria, ou mesmo função autor, enquanto dispositivo. Na perspectiva foucaultiana enxergam-se, normalmente nestes fundamentos, as condições para o surgimento de novos discursos; porém, deixam de considerar, muitas vezes, a sua principal função:

Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva. (1996, p. 36).

Antoine Compagnon (2003) ao estudar sobre a questão da autoria, apontou o leitor como uma peça importante no processo de significação literária e enxergou na figura do autor um sujeito que não é anterior à enunciação, mas que se produz juntamente com ela. Assim, prenuncia o desaparecimento do autor, que sofre uma espécie de apagamento, tomado pelas palavras que escreve.

O que nos interessa nas discussões aventadas por Foucault, a fim de compreender a noção de autoria enquanto dispositivo, é ultrapassar o universo heterogêneo das produções discursivas, e entender a maneira como o autor opera no controle e disseminação da linguagem. Importa, desse modo, entender como os enunciados funcionam na dimensão das práticas sociais e discursivas, entrelaçados ao espírito de criação de um indivíduo. Nas palavras de Foucault, “O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 1992, p.27).

A partir da leitura de Agamben, o fenômeno da autoria enquanto dispositivo, funciona como mecanismo mediador entre os viventes e a realidade. Nesta linha, o dispositivo da autoria irrompe como mecanismo que produz formas de subjetivação.

O historiador e leitor de Michel Foucault, Roger Chartier, a quem considera ter sido uma decisiva fonte de inspiração para toda a sua geração, retoma a temática da autoria sob a forma da emergência da função autor no Ocidente e as diferentes formas históricas em que se construiu a imagem desse agente, no universo da escrita. Assim, Chartier corrobora o princípio filosófico foucaultiano em que a função autor não é universal nem atemporal, revisitando as fontes e os dispositivos históricos e culturais que concederam lugar e status à figura do autor.

No ano de 2000, Chartier foi convidado a proferir uma palestra à Sociedade Francesa de Filosofia, momento em que o historiador revisita a conhecida conferência “O que é um autor?” que, cerca de 30 anos antes, havia sido ali apresentada, por Michel Foucault. A apresentação de seu trabalho, foi pautada em uma revisão da genealogia foucaultiana sobre a ‘função autor’. Neste percurso, o historiador analisa as transformações nos modos de representação do autor no curso da história, utilizando as mais variadas fontes e documentos diversos, da Antiguidade à Contemporaneidade, passando pelas mutações do termo ‘autor’ em diferentes dicionários. Segundo o pensador

A função autor implica, portanto, uma distância radical entre o indivíduo que escreveu o texto e o sujeito ao qual o discurso está atribuído. É uma ficção semelhante às ficções construídas pelo direito, que define e manipula sujeitos jurídicos que não correspondem a indivíduos concretos e singulares, mas que funcionam como categorias do discurso legal. Do mesmo modo, o autor como função do discurso está fundamentalmente separado da realidade e experiência fenomenológica do escritor como indivíduo singular. Por outro lado, a função autor que garante a unidade e a coerência do discurso pode ser ocupada por diversos indivíduos, colaboradores ou competidores. Ao contrário, a pluralidade das posições do autor no mesmo texto pode ser referida a um só nome próprio (CHARTIER 1999, p. 99).

A premissa primordial que conduz a elaboração e funcionamento das ideias de Foucault é a relação do texto com o autor, o modo como o texto se dirige a esse agente que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência. Nas palavras do filósofo,

A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, creio que tais unidades continuam a ser consideradas como recortes relativamente fracos, secundários e sobrepostos em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a do autor e da obra (FOUCAULT, 1992, p. 33).

Assim, embora o nome de autor e o nome próprio possuam a função de indicar, designar, descrever, a ligação entre ambos não possui o mesmo funcionamento. Essa diferenciação pode se dar, tendo em vista que o nome de autor não é um simples elemento de um discurso, ele exerce relativamente aos discursos um certo papel que é o de assegurar uma função classificativa, isto é, “caracterizar um certo modo de ser do discurso” (1992, p. 45). O nome de autor não está atrelado propriamente a um indivíduo real e exterior que proferiu um discurso, ele remete a um certo tipo de discurso com estatuto específico, ou seja, aquele que, em uma determinada cultura, torna-se provido de uma atribuição de autoria.

Segundo Foucault (1992, p. 56), é possível reconhecer no autor quatro componentes distintos que o fazem exercer a função de autoria: a) A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; b) Não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização. c) Não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; d) Não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar.

Pensando no sentido relacional do autor, do saber e do poder, a figura do autor funciona como organizador de determinados saberes em nome de certo poder. Ele tem função de delimitar, classificar e organizar o universo dos livros e dos discursos. Ele funciona como princípio que delimita o lugar e o valor dos objetos e seus significados, impondo e regulando uma ordem intrínseca ao universo discursivo.

Considerações finais

Considerado os elementos tangenciados nesta breve exposição, acreditamos que a proposta teórica albergada por Foucault sobre a temática da autoria, aqui articulada enquanto

dispositivo, nos dá lastro para a construção de uma abordagem teórico-metodológica, que considere a relevância dos elementos constituintes das práticas discursivas, como práticas sociais e de produção de sentido, unidade e coerência, movidas pela dinâmica da relação entre os vivos e a maquinaria dos dispositivos.

No percurso do texto, me propus a retomar a discussão do tema da autoria, segundo as postulações de Michel Foucault, na sua arqueogenealogia, articulando-o à noção de dispositivo. A ideia primordial defendida, é de que a autoria pode ser compreendida enquanto dispositivo, segundo um modo de funcionamento – a função autor ou função autoral. Neste caminho, o conceito de dispositivo foi explorado nas bases foucaultianas, rediscutido por Agamben e Deleuze, como leitores de Foucault.

A reflexão sobre os dispositivos jurídicos, literários e materiais que instituem o lugar do autor, mostra-se, nos dias atuais, extremamente importante, considerando o advento de novas tecnologias de produção e disseminação de variados textos, conceitos, ideias, comportamentos e modos de vida. O aparecimento de um aparato complexo e distinto de técnicas de comunicação, provoca a necessidade de problematizar o lugar do autor, e da função autoral como dispositivo, com o objetivo de compreendermos mais a fundo, o processo dinâmico e produtivo das forças que operam o funcionamento e acionam efeitos de sentido no âmbito das relações sociais.

Referências

- AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** Tradução de Nilcéia Valdati. Outra travessia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 5, p. 9-16, 2005.
- BARTHES, R. **O rumor da língua** Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BARTHES, R. **O grau zero da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CHARTIER, R. **O que é um autor?** revisão de uma genealogia. Tradução de Luzmara Curcini e Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos: EDUFSCar, 1999.
- COMPAGNON, Antoine. Leitor. In: **O demônio da teoria**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, G. **Michel Foucault, filósofo**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. – **A Microfísica do Poder**. São Paulo, Graal, 2007

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque. 19.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. Entrevista de Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p.238-250.

GIMBO, F. Uma arqueologia do mercado:: Foucault e o neoliberalismo como dispositivo biopolítico. **Kalágatos**, v. 14, n. 2, p. 145–163, 2021. DOI: 10.23845/kalagatos.v14i2.6270. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6270>. Acesso em: 16 maio. 2025.

HORN, Graciela Bernardi. **O dispositivo moralitúrgico em uma escola pública brasileira**. 2021. 150 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) –Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/222689?show=full>. Acesso em: 27 de nov. de 2024.

SANTOS DE OLIVEIRA, E. A. . O conceito de dispositivo de sexualidade na obra foucaultiana a vontade de saber. **Kalágatos**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 89–108, 2021. DOI: 10.23845/kalagatos.v12i24.6165. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6165>. Acesso em: 16 maio. 2025.

SILVA, Adélia Mara Pasta da. **A constituição do sujeito escrevente no dispositivo do ensino: uma leitura sobre a governamentalização da escrita escolar**. 2011. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20012012-093539/pt-br.php>. Acesso em: 26 nov.2024.